

DAS CADEIRAS ISOLADAS
AO ATHENEU SERGIPENSE

*Elite letrada e ofício docente
em Sergipe no século XIX*

Conselho Editorial Educação Nacional

- Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucídio Bianchetti – UFSC
Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp
Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

- Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



Fábio Alves dos Santos

DAS CADEIRAS ISOLADAS
AO ATHENEU SERGIPENSE

*Elite letrada e ofício docente
em Sergipe no século XIX*

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Fábio Alves dos

Das cadeiras isoladas ao Atheneu Sergipense : elite letrada e ofício docente em Sergipe no Século XIX / Fábio Alves dos Santos. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2020. – (*Uma Casa de Educação Literária : 150 anos do Atheneu Sergipense*)

Bibliografia

ISBN 978-65-86089-16-5

1. Colégio Estadual Atheneu Sergipense – História 2. Educação – Brasil – História 3. Educação – Historiografia – Sergipe 4. Educação – Pesquisa 5. Elite de ensino 6. Ofício 7. Pesquisa educacional – Sergipe 8. Professores – Brasil, Sergipe I. Título II. Série.

20-41655

CDD-370.7298141

Índices para catálogo sistemático:

1. Colégio Estadual Atheneu Sergipense : Pesquisa :
História : Educação 370.7298141

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
imagem de capa: Atheneu Sergipense, acervo do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: do autor
bibliotecária: Maria Alice Ferreira – CRB-8/7964

Esta obra contou com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital n. 7/2019, Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), processo n. 88881.359550/2019-01.

Apoio:

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Secretaria de Estado da Educação, do Esporte
e da Cultura do Estado de Sergipe (SEDUC-SE)
Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 0

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
<i>Péricles Andrade</i>	
INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo I	
UM LUGAR DE PASSAGEM: ATUAÇÃO DOCENTE	39
Capítulo II	
FORMAÇÃO DE ELITE, CONSTITUIÇÃO DE GRUPO.....	75
Capítulo III	
LAÇOS DE SANGUE: HERANÇAS E NOVOS INVESTIMENTOS.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

PREFÁCIO

O campo educacional é um espaço societário marcado pelas dimensões conflituais e agonísticas relacionadas às relações de força e de competição por bens e recursos escassos entre seus agentes envolvidos. Ao mesmo tempo, constitui-se lugar da coexistência de posições sociais, de pontos mutuamente exclusivos para seus ocupantes. Desse modo, é o local da exclusão mútua e da distinção das posições entre seus participantes, como estrutura de justaposição das posições sociais. É uma esfera distinta e distintiva que pode ser caracterizada pela posição relativa daqueles que ocupam em relação a outros lugares e pela distância que os separam deles. Não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente, mas também está caracterizado pelo lugar que assume, que ocupa no espaço por meio de suas propriedades (Bourdieu 2008).

Entretanto, nem todos são considerados aptos a atuarem nas esferas sociais, pois essas são espaços de relações objetivas entre agentes e coletividades a partir da diferenciação social dos tipos de capitais, estrutura que constringe os agentes envolvidos, espaço social definido pelos “estilos de vida” estabelecidos por propriedades universais: doxa (consenso), capitais em disputa e nomos (leis invariantes). O direito de entrada é dado pelo

reconhecimento dos valores inerentes, das dinâmicas e estratégias, pois esses aceitam os pressupostos cognitivos e valorativos ao universo social ao qual pertencem, assim como pelo conhecimento das regras do jogo, isto é, da história do campo e pela posse de capitais específicos. Esses podem compreender conhecimentos, habilidades, informações, valores, gostos, formas de falar, posse de bens culturais e títulos escolares, redes e acessos sociais e rituais de reconhecimento social. Tais capitais permitem o reconhecimento de entrada e pertencimento de agentes às esferas sociais e determinam suas posições nos campos (Bourdieu 1998).

Os pressupostos metodológicos brevemente apresentados são oriundos da perspectiva do *conhecimento praxiológico* de Pierre Bourdieu (1930-2002). Os mesmos foram fundamentais à pesquisa em foco elaborada pelo historiador Fábio Alves, com vias de obtenção do Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, na qual tive a satisfação de coorientar. A partir da consulta, classificação e análise do *Dicionário Bibliográfico Sergipano*, elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924) e publicado postumamente em 1925, Fábio Alves reconstrói nessa tese os capitais basilares que possibilitaram a elite intelectual sergipana definir seus membros, assim as propriedades que os tornavam aptos a atuarem como docente ao longo do século XIX, em especial no Atheneu Sergipense, e nas primeiras décadas do século subsequente. A pesquisa parte do pressuposto de que a prosopografia realizada por Armindo Guaraná atendeu a critérios constituídos a partir da constituição de um *habitus* definido pela elite sergipana.

Isso implica assumir que esta obra realiza uma interpretação bourdieusiana da seleção social contida no *Dicionário Bibliográfico Sergipano*. Nesse sentido, a análise desta obra centra-se naqueles que atuaram no campo educacional e constam nessa seleção. A mesma estabelece um corte no universo de 647 biografias contidas no citado Dicionário, buscando reconstruir a prática docente a partir

dos traços distintivos e da posse de determinados capitais pelos seus respectivos agentes. Desse modo, a pesquisa busca identificar e analisar os capitais definidos naquele universo societário e agonístico que fizeram com que alguns indivíduos fossem incluídos e outros excluídos na seleção biográfica efetuada por Armindo Guaraná. Quais foram os critérios de corte adotados para inclusão e exclusão dessa elite letrada? Seria a posse de capitais econômicos? Seria a posse de determinados capitais culturais? Seria o acúmulo de títulos escolares?

Obviamente a investigação publicada não esgota as possibilidades heurísticas da monumental obra de Armindo Guaraná. Mas, traz uma nova leitura à historiografia educacional brasileira a partir da perspectiva do referencial metodológico do *conhecimento praxiológico*. A interpretação bourdieusiana do Dicionário Bibliográfico Sergipano elaborada por Fábio Alves demonstra que, a partir da compreensão sobre a composição do habitus docente em Sergipe, pode-se analisar suas práticas a partir dos encontros e tensões entre o habitus e o campo, levando o agente a desenvolver um senso prático. As ações são desenvolvidas na ordem, num jogo de interesses. As práticas são necessárias, possíveis produtos da relação dialética entre uma situação (campo) e as disposições (*habitus*).

Por fim, no ano de comemorações dos 150 anos do Atheneu Sergipense e do Bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, a publicação deste livro é fundamental ao reconhecimento do “Dicionário de Armindo Guaraná” enquanto obra basilar à compreensão do nosso passado educacional.

Péricles Andrade

São Cristóvão, SE, março de 2020.

Referências

ANDRADE, Péricles (2006). “Agência e Estrutura: o conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu.” *Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, vol. 12, n° 12, p. 97, jul/dez.

BOURDIEU, Pierre (1998). *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 118.

_____. (2008). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

_____. (2011). *Homo academicus*. Florianópolis: Editora UFSC.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investe sobre a relação entre o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX. Visa identificar e analisar o lugar ocupado pela docência nas trajetórias de vida do grupo supracitado. Toma como *locus* de observação, para tanto, a província de Sergipe d'El Rey. No percurso investigativo, evidenciou-se como marco temporal significativo um intervalo entre 1820, ano da independência da província em relação à Bahia, a 1920. Este recorte toma por princípio o período de formação e atuação dos agentes que foram objeto desta análise.

A consulta ao *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*, elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924),¹ atendeu ao objetivo de identificar os membros da elite letrada de Sergipe que ao longo de suas vidas atuaram como professores dos diferentes tipos de ensino existentes no século XIX brasileiro. Publicado postumamente em 1925 e reunindo 647 biografias de sergipanos, a referida base documental é obra de referência indispensável para ter contato inicial com aqueles que compuseram as elites locais até

1. Confira Santos 2005. Para esta pesquisa foi utilizada a versão digital do dicionário, Luiz Antônio Barreto disponível em: www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf. Acesso em: 23/11/2008.

o início do século XX. Uma pesquisa sobre a relação aqui proposta não poderia abrir mão da consulta a esta fonte.

O plano inicial consistia em uma proposta bem mais ousada. A ideia era realizar um estudo sobre o ser professor em Sergipe no século XIX. Isto envolveria diferentes grupos sociais, estudar a atuação docente de homens e mulheres, vários locais de ensino, tipos de escolarização e mesmo educação doméstica. Em um segundo momento o foco voltou-se para o Atheneu Sergipense, instituição de ensino de longa duração, haja vista sua existência e funcionamento como escola até os dias de hoje. Com este ponto de visada, o critério seria estudar o conjunto de professores da casa no último quarto do oitocentos.

Esta mudança de perspectiva foi o que produziu o interesse pela relação entre elite letrada e ofício docente. Afinal, ali estavam os professores que não têm sua capacidade contestada pela historiografia educacional e que no seu tempo eram considerados os melhores professores. Não que esta pesquisa parta desta premissa. O interesse está sustentado no fato de as análises recorrentemente afirmarem que um dos maiores problemas educacionais do século XIX teria sido a má preparação dos professores e esta ter se constituído uma ocupação de pessoas que não tinham melhores possibilidades para garantir seu sustento. Perceber que pessoas que tiveram acesso a tipos elevados de formação e que, para alguns casos, eram oriundas de destacadas famílias sergipanas produz interrogações que as atuais interpretações não respondem.

Parte-se, aqui, do entendimento de que a educação é o mecanismo pelo qual a geração mais velha transmite a cultura à geração mais nova.² A docência é uma atividade, um ofício,

2. Não obstante este entendimento, é fundamental ver a crítica de Bourdieu sobre esta questão: "... Transpondo-se para o caso das sociedades divididas em classes a representação da cultura em geral aceita pelos etnólogos, tais teorias baseiam-se no postulado tácito de que as diferentes ações pedagógicas que operam em uma formação social, vale dizer, tanto aquelas que as famílias das diferentes classes sociais exercem como a que a escola exerce, colaboram

relacionado àquele mecanismo. Todavia, não é o único artifício para que se efetue o projeto de perpetuação da sociedade. Existem vários outros instrumentos – como desportos, lazer, artes – que também estão encarregados desta tarefa. A docência constitui um elemento específico por meio do qual a educação se realiza. Cabe, portanto, inquirir sobre seu processo histórico de configuração,³ considerando os variados elementos envolvidos.

*Por que estudar a relação entre elite letrada
e ofício docente em Sergipe no século XIX?*

Estudos realizados entre as décadas de 1980-2000 sobre historiografia da educação, brasileira⁴ e sergipana,⁵ produzida nas instituições de ensino superior demonstraram a grande concentração de pesquisas voltadas para o século XX, em especial o período do Estado Novo e da Ditadura Militar. Passados alguns anos, este cenário, não obstante uma crescente renovação de perspectivas, ainda não foi completamente alterado e pode-se assistir à constante disseminação de análises com aqueles focos destacados.

Dessa forma, uma pesquisa acerca do ofício docente em Sergipe no século XIX justifica-se primeiramente como esforço de contribuição às pesquisas da área acerca daquela centúria. Também pela contribuição ao campo de debates sobre docência

harmoniosamente na transmissão de um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da ‘sociedade’”. Confira Bourdieu 1999, p. 297.

3. “Só com o advento dos modernos tipos de organização social, e com a compreensão da escola como dever do Estado, viemos a ter o mestre em seu tipo atual, especificamente definido: o mestre da escola pública, civil e leigo”. Confira Lourenço Filho 2001, p. 10.
4. Confira Warde 1984, pp. 1-6; Barreira 1995; Bontempi Jr. 1995; Stein 1998.
5. Confira Nascimento 2003; Santos 2003.

no Estado e no país. Espera-se com este estudo contribuir para um maior esclarecimento sobre períodos e objetos que têm recebido novos olhares pela historiografia da educação brasileira e sergipana. A concentração dos estudos sobre docência no século XX e em relação ao ensino primário deixa em aberto uma série de questões sobre a constituição histórica da profissão de professor e, destacadamente, acerca dos aspectos relativos ao exercício deste ofício por diferentes grupos sociais, em especial daqueles tidos como membros da elite letrada brasileira.

Neste sentido, acredita-se necessário perguntar: Quem eram esses agentes? Que tipos de formação escolar possuíam? Que lugar a docência ocupou em suas trajetórias de vida? Como chegaram à ocupação do cargo em questão? Onde exerceram o ofício docente? Ser professor estava relacionado a que tipos de formação escolar e profissional? Qual a origem social/familiar, o *capital social*, desses indivíduos? Há relação entre origem social/familiar e tipo de docência exercida? Quais as principais características compartilhadas, *capital social* e *habitus*, por este grupo de pessoas?

O contato inicial com as informações disponíveis fez perceber que para esta última pergunta ao menos um elemento se destacava como relevante. Trata-se do Ensino Secundário. Este elemento acabou por remeter a interrogações que tiveram início ainda nos estudos do Mestrado, a partir da constatação de que nas pesquisas acerca do Ensino Secundário, desenvolvidas por volta dos anos 1970, prevalecem duas características comuns: estão centrados no exame da legislação federal e dos dados oficiais e pautados nas expectativas políticas e sociais dos seus autores que esperavam do ensino secundário a realização de determinadas metas sociais ou de determinados modelos educacionais.

No que diz respeito à atual produção acadêmica sobre aquela tipologia escolar, pode-se dizer que, em alguns casos, a apreensão tópica do ensino secundário tem produzido resultados consistentes e autoexplicativos; em outros, os recortes empreendidos têm

produzido distorções flagrantes, decorrentes do isolamento precipitado de dimensões da vida escolar. De ambos os modos, pelos próprios focos privilegiados pelos autores, os processos de configuração dos padrões escolares e pedagógicos do ensino secundário não têm sido considerados.

Fernando Azevedo (2010), Maria de Lourdes Mariotto Haidar (2008) e Geraldo Bastos Silva (1969), só para citar os estudos básicos, são unânimes em afirmar que o século XIX assistiu, principalmente a partir do Ato Adicional de 1834, ao completo desajuste da educação nacional. O Estado, omissivo, não teria sido capaz de organizar um sistema de ensino, o que teria provocado a falta de mão-de-obra para o impulso necessário à industrialização e também a escassez de indivíduos com uma formação em nível secundário, capazes de conduzir o país rumo ao progresso. Em tal cenário, ganhou terreno somente a iniciativa privada no ramo do ensino e os exames de preparatórios. Cabe colocar em questionamento tais afirmações a partir da análise de situações concretas, a exemplo da pesquisa aqui apresentada.

A hipótese que norteou esta pesquisa consistiu no entendimento de que ao longo do século XIX o ofício docente, em seus diferentes tipos, foi um importante campo de atuação da elite letrada e esta atuação contribuiu para a configuração da profissão docente de modo decisivo, uma vez que, como se pretende demonstrar, mais do que qualquer outro conjunto de agentes sociais esta elite partilhava de um *habitus* segundo o qual a educação escolar possui um valor em si como parte dos bens simbólicos essenciais. A educação escolar era parte constituinte daqueles agentes, pode-se dizer que estava dentro deles, fazia parte de seu sistema de crenças.

Produzir o professor, por meio de uma especialização criteriosa fundamentada teoricamente, nada mais é do que inculcar este sistema de crenças no qual a escola é um valor em si, um bem simbólico, algo que extrapola o significado meramente econômico.

O aumento da normatização, efetivado no início do século XX, sobre o exercício da docência é visto, assim, como estratégia da qual esta elite, ocupando determinados lugares de poder, lançou mão a fim de construir a representação social da docência. Esta premissa toma como base uma série de estudos que propõem uma nova leitura acerca do Ensino Secundário e da História da Profissão Docente com a qual se estabelecerá diálogo.

A compreensão mais densa de um grupo social requer o estudo de todas as suas partes constituintes. O foco privilegiado, e quase exclusivo, que tem sido destinado nos estudos de História da Educação sobre os chamados “excluídos da história” (pobres, negros, mulheres etc.) ocasiona outro tipo de exclusão: o das elites. Toma-se como suficientemente esclarecida a atuação desses sujeitos, no que restaria apenas o olhar sobre os menos favorecidos.⁶

Entendo que a leitura cristalizada sobre a elite brasileira (seja ela social, econômica, política, intelectual etc.) não torna clara a percepção de suas nuances. No caso de Sergipe, praticamente desconhecemos a efetiva constituição e atuação deste grupo. Para efeitos da análise aqui realizada, toma-se como elite letrada um grupo restrito de pessoas que teve acesso aos tipos mais distintivos de educação escolar disponíveis no século XIX, ou seja, o Ensino Secundário (completo ou os chamados Preparatórios), as Faculdades (Direito, Medicina e Engenharia) e os Seminários para formação sacerdotal. Um pequeno percentual de pessoas com alta formação em meio a uma multidão de outras com baixa escolaridade, as Primeiras Letras, ou nenhuma.

6. “Se é verdade que a historiografia tende a magnificar o papel da elite, seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia. O que tem que ser mudado é a história e para isto é importante inclusive reconhecer o que de real existe no papel das elites. Lembre-se, aliás, que mudar a história frequentemente dependeu também da atuação de determinados grupos de elites” (Carvalho 1996, p. 17).

Pode-se dizer que, dada a estreita relação com a Pedagogia, durante bom tempo a História da Educação não se estabeleceu como campo de pesquisa específico e autônomo. Nas décadas de 1970 e 1980, os trabalhos desenvolvidos nesta área preocuparam-se predominantemente em destacar os maus usos do sistema educacional por parte das classes dominantes. A partir da década de 1990, os estudos de História da Educação guiados pela chamada Nova História Cultural – que retomou procedimentos historiográficos secundarizados até então – ampliaram seu conceito de fonte, os objetos focalizados, os períodos recortados (confira Lopes e Galvão 2001; Julia 2001, pp. 9-43).

Há mais de uma década, Denice Bárbara Catani (2000) chamou a atenção para o reconhecimento de que era recente no Brasil, à época, a “História da Profissão Docente”. Isto, no sentido de trabalhos que tratem da formação, da instituição e dos saberes, do exercício concreto da atividade, das relações com o Estado e das formas de organização da categoria profissional de maneira simultânea e integrada. Ao longo dos últimos anos o quadro de estudos nesta área tem se adensado consideravelmente e é com esta perspectiva de abordagem que a presente pesquisa foi desenvolvida.

Consciente de que o processo histórico “*é incognoscível como objeto real; o conhecimento histórico é produto da teoria; a teoria inventa a história, seja como ideologia ou como Teoria (‘ciência’)*” (Thompson 1981. p. 31), e também de que “...o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (Le Goff 1990, p. 535), não é pretensão desta pesquisa edenizar o exercício da docência até então. Também não se busca mostrar o calvário do professorado ao longo do tempo. A prática docente está aqui entendida como

um ofício, uma atividade profissional sujeita a sucessos e fracassos, gozos e frustrações, como qualquer outra atividade humana, de acordo com a ideia de que “o gosto pela profissão do magistério é antes uma formação social que uma vocação” (Lorenço Filho 2001, p. 15).

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (Bourdieu 1999, pp. 201-202)

Por entender que cada momento histórico é único, o estudo aqui realizado parte da compreensão do exercício da docência inserido no contexto das ideias e das práticas sociais próprias do século XIX (Bourdieu 1999, p. 212).⁷ Evita-se, assim, uma das características recorrentes dos estudos sobre professores, qual seja: a busca de indícios históricos daquilo que consideram problemas atuais da profissão. O atual perfil de professor não serve para entender a forma como esta ocupação se apresentava em outros períodos. Compreender como um ofício transmutou-se em profissão requer investigar os diferentes formatos de sua configuração. A figura do professor como conhecemos tem sua história diretamente ligada ao percurso da própria escola moderna,

7. “...ou seja, esquemas de pensamento que organizam o real orientando e organizando o pensamento do real, fazendo com que aquilo que se pensa seja pensável para ele como tal e na forma particular pela qual é pensado” (confira Bourdieu 1999. p. 212).

que conformou ao longo do tempo um modo de funcionamento e organização bastante característico.

Tais afirmações podem parecer desnecessárias, mas ao recordar o perfil da produção acadêmica sobre a profissão docente – com ênfase no processo de desvalorização do ofício – fica clara a necessidade de lançar um olhar sobre um período distante, como o aqui proposto, sob a perspectiva de que cada momento histórico pode ser mais bem entendido a partir de seus próprios elementos e da representação que teve de si. Lembre-se a observação de Carlo Ginzburg, mesmo que sob outro contexto, sobre os “... danos que podem redundar de uma tal leitura ‘fisiognômica’ dos documentos figurados (...) O historiador lê neles o que já sabe, ou crê saber, por outras vias, e pretende ‘demonstrar’” (Ginzburg 1989, p. 63).

Devido às características da informação biográfica, a análise da documentação foi conduzida à luz do método indiciário. Isto porque, quando “as causas não são reproduzíveis”, nos dizeres de Ginzburg, “só resta inferi-las a partir dos efeitos”. Segundo este autor, “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg 1989, pp. 152; 169). Este método, dito semiótico, por meio do qual se busca desvendar o “crime” a partir de elementos muitas vezes ignorados – como nos romances policiais – não desobriga o pesquisador de fundamentar muito bem suas afirmações.

Tais vestígios puderam ser localizados no *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. No primeiro momento, o objetivo era apenas identificar as biografias de professores ali presentes. Percebeu-se ao longo da consulta outros dados: professores que eram filhos de professores; ou mais, famílias com vários professores ou até três gerações de homens que se ocuparam deste ofício em algum momento de suas trajetórias. Esta informação fez perceber que o ofício docente ocupava um lugar de destaque na formação

daqueles agentes e que este dado merecia maior aprofundamento de análise.

Realizar uma pesquisa sócio-histórica a partir de dados biográficos envolve uma série de riscos. O mais perigoso deles seria encarar estes indivíduos como pessoas iluminadas, parte de um panteão de entidades a ser cultuadas, dado o destaque social que alcançaram, que realizaram percursos de vida muito bem definidos desde antes mesmo de nascerem. A interpretação proposta por Pierre Bourdieu é uma boa ferramenta para evitar este tipo de leitura. Afinal, faz a crítica a este entendimento de que exista uma lógica naquilo que se chama de trajetória de vida e até mesmo questiona a possibilidade de se falar em trajetória, dada a noção implícita presente nesta palavra que remete a linearidade, exatidão (Bourdieu 1996, pp. 183-191). Estas observações foram consideradas na leitura dos dados aqui levantados.

O *Dicionário Biobibliográfico Sergipano* de Armindo Guaraná é o exato oposto desta perspectiva de Pierre Bourdieu. Escrito a quatro mãos (após a morte de Guaraná em 1924, sua esposa Maria Luísa Guaraná, junto com Epifânio Doria e Prado Sampaio, concluíram o trabalho de reunir as informações e redigir o texto final, além de buscar financiamento para publicação, editora, cuidar da divulgação e acompanhar as vendas), fruto de uma desavença com Sacramento Blake, com quem Guaraná havia elaborado o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* e que depois Blake negou publicamente a coautoria, em uma época em que varias obras do tipo foram elaboradas, a exemplo do *Dicionário de Brasileiros Ilustres* e do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, afinal comemorava-se à época o centenário da Independência do Brasil (Santos 2005).

É dispensável dizer que Armindo Guaraná efetuou uma seleção, um corte, na escrita de seu dicionário. Evidentemente deixou de tratar de uma série de outros sujeitos que também comporiam o grupo aqui pesquisado. Não obstante, descontados todos os superlativos atribuídos aos biografados, a produção de

Armindo Guaraná constitui um bom guia para se lançar uma luz inicial sobre o objeto aqui destacado. Por meio das informações por ele disponibilizadas, tornou-se possível realizar um estudo prosopográfico, uma análise serial, acerca da relação entre elite letrada e ofício docente.

Seguem-se, aqui, fundamentalmente as indicações de Flávio Heinz acerca do estudo das elites por meio das biografias coletivas, ou prosopografia (Heinz 2006).⁸ Não se busca glorificar estes sujeitos, mas compreendê-los na sua existência histórica. Entende-se que é preciso analisar os mecanismos pelos quais determinadas pessoas passaram à posteridade como pertencentes a um grupamento social de destaque. Fato é que o simples nascimento em um determinado grupo social não garante lugar nesta memória. Se assim o fosse, todos os chamados “bem nascidos” estariam nesta condição. Contrariamente, é possível perceber quais foram as formas pelas quais uma parcela desses atores, por assim dizer, garantiu seu nome na restrita lista de uma elite. Quais seus lugares e suas atuações nas relações de força de um determinado tempo histórico.

É realizado, assim, nesta pesquisa um esforço de micro-história social, por meio do trabalho metodológico conhecido como prosopografia. Das várias denominações em uso, optou-se aqui pela definição de biografia social. Por meio desta metodologia busca-se realizar “um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica”, revelando “as características comuns (permanentes e transitórias) de um determinado grupo social em um dado período histórico” (Heinz 2006, p. 9), neste caso uma parcela dos professores no século XIX na província de Sergipe. Quantificar

8. Este pesquisador faz parte de um grupo que, a partir do Rio Grande do Sul, tem estudando sistematicamente o fenômeno das elites brasileiras em diferentes tempos e situações. O texto aqui referenciado é apenas um de uma considerável série de publicações.

os dados biográficos possibilita, então, observar as características morfológicas deste grupamento.

Segundo Christophe Charle, a História Social das Elites tem sido um dos campos mais frequentados pela historiografia, destacadamente a francesa. Ele identifica quatro fases deste ramo historiográfico que abrangem os primeiros trabalhos sobre o tema, seu abandono motivado em grande parte pelo fortalecimento da perspectiva de classe marxista e seu retorno a partir das décadas de 1960-1970. Este retorno, por sua vez, divide-se em dois momentos: um inicial centrado em uma metodologia quantitativa/serial e outra que faz uso dos aportes de cunho mais sociológico. Este tem sido o perfil atual dos estudos prosopográfico, em que o anonimato dos sujeitos sociais analisados tem dado lugar à nominação de pessoas em seus grupos, ou seja, dando destaque às biografias individuais na construção das coletivas (Charle 2006, pp. 19-39).

Adotar a metodologia das pesquisas prosopográficas permitiu estabelecer também um referente analítico das informações levantadas. Como apontado por Christophe Charle, os atuais estudos na área tem se relacionado intrinsecamente com a Sociologia, destacadamente com a perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu. Se, como afirma Charle, a técnica prosopográfica é uma metodologia em duas etapas – definição de uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecimento de um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição da dinâmica do grupo analisado – os conceitos de *habitus*, *campo* e *capital* de Bourdieu permitem uma melhor compreensão do fenômeno analisado.⁹

9. Dada a constante retomada dos conceitos por Pierre Bourdieu em suas obras, a síntese que segue tomou por base os seguintes estudos: *A economia das trocas simbólicas* (2001), *O poder simbólico* (2007), *A distinção* (2008) e *Homo Academicus* (2011).

O conceito de *habitus* possibilita conciliar a suposta oposição entre realidade exterior e as realidades individuais. Ele expressa o diálogo, a troca permanente e recíproca entre o mundo subjetivo das individualidades e o mundo objetivo. Trata-se de um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no plano social) e estruturantes (no plano mental), adquirido por meio do contato com as experiências práticas em condições sociais específicas de existência, que orienta as ações cotidianas. Compreender a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente organizados. O *habitus* é uma subjetividade socializada. Assim, deve ser entendido como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática.

Fundamentalmente, esta é uma categoria analítica que serve para romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Recupera a concepção dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Enfim, *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; pelo contrário, parte-se da premissa de que a ordem social constitui-se por meio de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem e adaptam-se.

No caso da relação entre elite letrada e ofício docente aqui analisada, possibilita compreender os mecanismos que tornam indivíduos tão diversos em parte de um mesmo grupo, principalmente por meio dos processos formativos escolares. Desta forma, parte do exercício hermenêutico empregado neste estudo consistiu no levantamento e comparação das trajetórias escolares dos diferentes agentes a fim de determinar se houve um tipo escolar existente à época que fosse comum ao conjunto, visto ser sabido que nem todos cursaram uma das faculdades (Direito, Medicina, Engenharia), ou mesmo diante da tese recorrente de que

o Brasil era um país de bacharéis. Seria, para este extrato, também as faculdades de São Paulo e Recife o locus de produção de seu *habitus*?

O conceito de *campo* diz respeito aos espaços em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Estes espaços de poder são sempre dinâmicos e possuem um funcionamento que obedece a leis próprias. O que se chama de poder pode ser caracterizado pelo acúmulo de capital (econômico, político, social, cultural) e pelas relações estabelecidas pelos atores sociais envolvidos nas disputas. É um ambiente dentro do qual os indivíduos agem, se identificam, se manifestam, lutam pelos seus interesses, estabelecem relações formais e informais e dentro das normas de funcionamento do *campo*.

Desse modo, o *campo* é o espaço em que o capital se produz e reproduz, é o lugar em que se define, se constrói, se elabora as propostas que são apresentadas como demanda da sociedade. Os grupos que melhor se articulam conseguem ocupar mais espaços e atingem um status de reconhecimento maior perante a sociedade. Estabelece-se uma relação interdependente entre *campo*, indivíduo e capital, de tal maneira que uma passa a ser condição para existência do outro, bem como instrumento de sua legitimação social.

Para Pierre Bourdieu, quanto maior o grau de desenvolvimento do processo de especialização e de autonomização de uma sociedade, maior o número de *campos* existentes e em conflito (interno e entre si). Por conta desta interpretação, é possível falar em *campo econômico*, *campo político*, *campo universitário*, *campo artístico*, *campo religioso*, *campo científico*, *campo simbólico*, *campo jurídico*, *campo cultural* dentre outros. A existência de menor ou maior diversidade de *campos* está diretamente relacionada às condições concretas de existência de cada sociedade, não sendo correto imaginar que existe em qualquer tempo e espaço social todo e qualquer tipo de *campo*, ou mais ainda fronteiras muito bem estabelecidas.

Quanto maior for o grau de complexidade da organização, da divisão social do trabalho e do espaço social, maior será a diversificação de *campos* de atuação e de busca de legitimação. Cada qual com seus mecanismos de entrada, permanência e proposição de projetos, ou seja, seu *modus operandi*, suas normas, suas regras. O modo de funcionamento de um *campo* pode ser alterado, mas apenas por dentro, fazendo parte dele. O reconhecimento social de um *campo* é o resultado da vitória nos conflitos com outros *campos* e de ideias dentro do próprio, a partir do uso do capital que seus membros dispõem.

Pensar a atuação de uma elite letrada no século XIX em relação à docência é compreender os limites de atuação dentro dos *campos* existentes naquele momento, as formas de entrada e permanência, o capital requerido para a inserção nos jogos dispostos ali. É procurar identificar os *campos* disponíveis e os possíveis conflitos entre eles. Desta forma, procurou-se identificar nas diversas biografias as ocupações exercidas por aqueles agentes, se havia alta ou baixa rotatividade por estas ocupações, quais capitais eram utilizados para o exercício de determinadas funções, se a docência, ou o campo educacional, era o território dos que menos dispunham de capitais, ou seja, os mais fracos nestas disputas.

Por sua vez, a concepção ampliada de *capital* desenvolvida por Bourdieu parte das evidências empíricas que apontam às limitações do conceito de *capital econômico* para explicar plenamente a relação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais. Em sua perspectiva, é preciso considerar que outras formas, tais como o *capital social*, o *simbólico* e o *cultural*, contribuem diretamente e interagem com o *econômico*. Não obstante as distinções entre um *capital* e outro, eles apresentam elementos morfológicos comuns, de tal forma que se pode entender *capital* como o conteúdo constituinte do poder em determinadas relações de forças nas ações. Todavia, em algumas ações um determinado tipo de *capital* poderá ter um valor maior e em outras, menor ou até nenhum valor. Deste modo,

pode-se entender que a valorização de cada *capital* ocorre conforme a situação e o interesse específico da instituição ou dos grupos e campos envolvidos.

Bourdieu entende o espaço social como um *campo* de conflitos em que indivíduos, grupos e instituições, portadores de um *habitus* distintivo, constroem estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de *capital* que aqueles fazem uso em suas batalhas, por assim dizer. Seja o *capital econômico* (fundado na apropriação de bens materiais), o *capital social* (baseado em relações mundanas que constituem fontes estratégicas de apoios para a atuação dos agentes sociais), o *capital simbólico* (que corresponde ao conjunto de rituais, como as boas maneiras ou o protocolo, ligados à honra e ao reconhecimento) ou o *capital cultural* (que tem na posse dos títulos escolares uma de suas manifestações institucionais). Por mais distintos que sejam uns dos outros, estes tipos de *capital* mantêm relações estreitas e, em determinadas circunstâncias, a posse de um tipo se constitui a condição *sine qua non* para a obtenção de outro.

O capital, seja ele de qual espécie for, pode ser herdado (de pai para filho, de mestre para discípulo etc.), multiplicado, redirecionado (capital cultural transformado em econômico, ou político, ou mesmo o processo inverso quando a posse de bens materiais não constitui mais elemento de distinção por si só) e, claro, construído (indivíduos ou grupos que investem em capital cultural, por meio da própria formação escolar ou da de seus descendentes, por exemplo). O estudo aqui proposto teve como um dos pontos de visada identificar e analisar quais os diferentes tipos de capital envolvidos na relação entre elite letrada e ofício docente e a dinâmica com que se apresentam.

Do levantamento realizado no *Dicionário Bio-Bibliográfico Armindo Guaraná*, foi possível identificar cento e trinta e seis membros da elite letrada sergipana oitocentista, dos quais cinco

mulheres. Uma vez que é sabido ser a educação feminina e o lugar social da mulher distintos em relação ao universo masculino no Brasil do século XIX, optou-se por trabalhar apenas com os dados relativos aos homens, a fim de garantir um grau mais exato de comparação¹⁰.

-
10. Do *Dicionário* temos as seguintes informações biográficas: *Antonia Angelina de Figueiredo Sá*, – Filha do major Manuel Xavier de Figueiredo e D Anna Gracinda de Figueiredo, e viúva de José Sotero de Sá, contemplado neste livro, nasceu a 11 de março de 1863 no engenho Tabocal, município da Capela. Exerceu com muita aptidão o magistério público, tendo sido em Aracaju adjunta da professora primária da Escola de Aprendizes Artífices e efetivo do Grupo Escolar Modelo, cargo em que se jubilou a 28 de fevereiro de 1914.; *Carlota Salles de Campos* – Filha de Bemvindo Salles de Campos e D. Emília Freire Salles de Campos, nasceu no Aracaju a 18 de novembro de 1884. Depois de um curso brilhante na Escola Normal, foi adjunta de um dos grupos Escolares, sendo em julho de 1913 nomeada professora do Povoado Calumby, município de Socorro, removida para o povoado Telha, município de Aracaju, e daí para a Barra dos Coqueiros, do mesmo município, a 14 de fevereiro de 1914. Em 28 de agosto de 1918 foi promovida para a vila de Itaporanga e a 10 de agosto de 1922 pediu disponibilidade da cadeira, seguindo para o Recife onde foi lecionar num colégio Americana Batista. A 15 de fevereiro de 1924 transferiu sua residência para a Cidade de Jaguaquara, (Bahia), onde foi empregar sua atividade num curso elementar no Colégio Brasileiro Egídio. Tem em preparo, com seu irmão, Lindolfo Salles, um livro de prosa e verso intitulado “Colméia de Rosas” o qual surgirá brevemente.; *Etelvina Amália de Siqueira*, – Irmã germana do poeta José Jorge de Siqueira (vide cate nome), nasceu no dia 5 de novembro de 1862 em Itabaiana. De posse do diploma de normalista conferido pela Escola Normal de Aracaju, a 11 de novembro de 1884, abriu em janeiro do ano seguinte um curso primário e secundário, que funcionou sob sua exclusiva direção até 1900, quando a 13 de novembro foi nomeada professora pública do povoado Barra dos Coqueiros, de onde foi removida a 31 de janeiro de 1901 para a aula elementar, anexa à Escola Normal. Nomeada professora da Escola modelo por ato de 2 de setembro de 1912 e auxiliar do diretor da Escola Normal e Anexa, passou a 27 de setembro de 1912 a ser professora catedrática de português da mesma Escola, cargo em que ainda se conserva com proveito para a instrução pública. Por algum tempo frequentadora da Imprensa, colaborou na “A Discussão” de Pelotas, 1883-1885, escrevendo sobre o abolicionismo; em vários jornais de Aracaju, inclusive a “Nova Era” e nos Almanques Sergipanos de 1887 a 1902, escrevendo versos e artigos literários. Preceptora abalizada e poetisa do surtos delicados.; *Ítala Silva de Oliveira* – Filha de Silvano Auto de Oliveira e D. Marcionila Silva de Oliveira nasceu a 18 de outubro de

O dicionário informa, dentre outras coisas, anos de nascimento e falecimento, as cidades em que nasceu e faleceu o biografado, filiação, ocupação paterna, formação escolar, atividades profissionais, deslocamentos geográficos para estudos e colocação no mercado de trabalho e publicações. Informações que foram organizadas em um banco de dados para tabulação. Este procedimento possibilitou identificar dentro desse conjunto aqueles que atuaram como professores em Sergipe no século XIX, nos diferentes tipos de ensino existentes, e analisar suas trajetórias de formação e experiências no campo da docência.

Os dados levantados nesta pesquisa possibilitaram a construção de um roteiro de leitura em três etapas. Na primeira, investiga-se o lugar ocupado pela docência na trajetória da chamada elite letrada sergipana. A segunda dedica-se a descrever e analisar os processos formativos e as formas de entrada no ofício docente. Por fim, lança-se um olhar sobre a origem familiar e os deslocamentos

1897. Fez o curso integral no “Ateneu Sergipense”, recebendo o grau a 13 de dezembro de 1914. Por ato de 25 de maio de 1916 foi nomeada professora do Aribé, subúrbio da Capital, que não aceitou, sendo depois nomeada em 1916 pelo Presidente da Liga Sergipana contra o analfabetismo, para a aula noturna de português da Capital, lugar que ocupou até 6 de fevereiro de 1919, quando foi nomeada interinamente conservadora dos Gabinetes da Escola Normal, cumulativamente com as atribuições de professora adjunta de Física e Química e Historia Natural do mesmo estabelecimento. Em 1921 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se no ano seguinte em obstetrícia. Atualmente cursa o 8º ano médico. (1924).; *Sílvia de Oliveira Ribeiro* – Filha do bacharel Cândido de Oliveira Ribeiro e D. Lavínia Diniz de Oliveira Ribeiro, nasceu a 3 de abril de 1896 em Laranjeiras. É formada pelo Ateneu Sergipense, tendo recebido o grau de bacharela em ciências e letras no dia 24 de maio de 1912. Por algum tempo foi Diretora do Colégio Senhora Santa-Anna e professora do “Grêmio Escolar” Dr. Thomaz Cruz, mantido pela Fábrica Sergipe Industrial. Deixou esse lugar por ter sido nomeada por Decreto de 27 de maio de 1916, mediante concurso, catedrática da 1ª Cadeira de Português da Escola Normal de Aracaju, cargo que exerceu até 1922, quando, a pedido, ficou em disponibilidade.

geográficos daqueles agentes, identificando os vínculos existentes dentro desse grupo.

Ao longo da narrativa são utilizadas biografias como exemplo de situações que se quer expressar. Não foi intenção deste estudo repetir todas as biografias extraídas do dicionário de Armindo Guaraná. Desta forma, não estão citados todos os cento e trinta e um agentes identificados como parte da situação concreta em análise. Também foi evitado o uso ao longo do texto de exemplos biográficos de agentes já bastante comuns na literatura acadêmica em diversas áreas. Assim, figuras como Tobias Barreto, Silvio Romero e tantos outros, embora façam parte da leitura quantitativa das características do grupo, não têm suas biografias usadas como exemplos que ilustram casos determinados.

Por sua vez, a percepção de que estes agentes tão exaltados em estudos de diversas áreas fazem parte de um conjunto maior que com eles partilha uma série de características possibilita questionamentos acerca da forma como eles têm sido retratados recorrentemente. Aponta para uma leitura que os retira de um sacrário intelectual e político e os coloca no terreno dos mortais que por meio de suas escolhas e posicionamentos em seus *campos* de atuação os levaram a alcançar condição de destaque em seu tempo e depois. Faz pensar em formas de abordagem que procurem perceber quais as estratégias de que lançaram mão para atingir tal grau de renome, para além das perspectivas edificadoras de suas personalidades individuais sempre presentes nas análises.

QUADRO 1 – Relação dos sergipanos biografados por Armino Cordeiro Guaraná destacados para o presente estudo

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Abdias Bezerra	1880	Siriri	João Amando Bezerra	Hermínia Rosa Bezerra
Adolfo Ávila Lima	1882	Estância	José Antonio de Lima	Idalina d'Ávila Lima
Alfredo Cabral	1887	Aracaju	Francisco Felix Cabral	Adelaide Passos Cabral
Alfredo de Siqueira Montes	1848	N. S. Socorro	Teodorico Rodrigues de Siqueira Montes	Clara de Faro Montes
Alípio Bittencourt Calasans	1852	Santa Luzia	João José Bittencourt Calasans	Maria Leite Bittencourt Calasans
Alvino Ferreira Lima	1888	Rosário do Catete	Eustáquio Ferreira Lima	Etelvina Maria de Lima
Antonio Dias de Barros	1871	Aracaju	Manuel Dias de Barros Junior	Maria Prisciliana de Carvalho
Antonio Diniz Barreto	1821	Capela	Antonio Diniz Barreto	Tereza de Vasconcelos Barreto
Antonio Joaquim Viana	1882	Aracaju	José Joaquim de Santa Anna	Maria Gratulina de Santa Ana
Antonio Manuel Leite	1850	Laranjeiras	Francisco Manuel Leite	Leopoldina Escóssia do Sacramento Leite
Antonio Maria Moreira Guimaraes	1868	Laranjeiras	Ruíno Alves da Cruz Guimaraes	Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimaraes
Antonio Militão de Bragança	1860	Laranjeiras	Francisco Alberto de Bragança	Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança
Antonio Nobre de Almeida Castro	1822	Laranjeiras	Manuel Francisco da Cunha Nobre	Maria Joaquina de Leão e Castro Nobre
Aristides da Silveira Fontes	1881	Aracaju	Aristides da Silveira Fontes	Margarida da Silveira Fontes
Armando de Araújo Cintra Vidal	1839	Laranjeiras	Joaquim de Araújo Cintra Vidal	Adriana de Araújo Cintra Vidal
Artur Fortes	1881	Aracaju	Antonio Augusto Gentil Fortes	Antonia Junqueira Fortes
Ascendino Ângelo dos Reis	1852	São Cristóvão	João Francisco dos Reis	Rosa Florinda do Amor Divino

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Ascendino Xavier Ferrão de Argolo	1889	Propriá	José Pedro Ferrão de Argolo	Emília Cavalcanti de Albuquerque de Argolo
Augusto Álvaro de Carvalho Aranha	1876	Aracaju	Manoel Antonino de Carvalho Aranha	Maria Brasilina Fontes de Carvalho Aranha
Augusto Cezar Leite	1886	Riachuelo	Francisco Rabelo Leite	Maria Virgínia Accioli Leite
Baltazar de Araújo Góes	1853	Itaporanga	Francisco José de Góes	Maria Rosa de Araújo Melo
Bernardino José de Souza	1885	Vila Cristina	Otávio José de Souza	Filomena Maciel de Faria
Braz Bernardino Loureiro Tavares	1851	Japaratinga	Francisco Tavares de Sá	Catarina Angélica de Sá
Brício Maurício de Azevedo Cardoso	1844	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joanna Batista de Azevedo Cardoso
Cleóbulos Amazonas Duarte	1898	Aracaju	Antonio Pedro Duarte	Irinéa Amazonas Duarte
Clodomir de Souza e Silva	1892	Aracaju	Eugênio José da Silva	Argemira de S. Pedro e Silva
Daniel Campos	1855	Capela	Daniel Caetano da Silva Campos	Antonia Pinto da Silva Campos
Deodato da Silva Maia	1876	Maruim	Deodato da Silva Maia	Umbelina de Oliveira Borges Maia
Edgard Coelho	1886	Aracaju	Estevão Coelho	Jesuína Sampaio Coelho
Elizário Prudêncio da Lapa Pinto	1839	São Cristóvão	José Pinto da Cruz	Maria de S. José da Lapa Pinto
Ernesto Pinto Lobão Cedro	1836	Itabaiana	Antonio Correia de Araújo Cedro	Inácia Lobão Cedro
Eugênio Guimarães Rebelo	1848	São Cristóvão	Henrique Jorge Rebelo	Carolina Freire do Prado

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Eugênio Teles da Silveira Fontes	1845	N. S. Socorro	Joaquim Martins Fontes	Ana Maurícia da Silveira Fontes
Eustáquio Pinto da Costa	1838	Laranjeiras	Não identificado	Anna Joaquina de S. José
Eutíquio de Novais Lins	1852	Laçarto	Joaquim de Pádua Lins	Maria Joaquina de Pádua Lins
Fabrcio Carneiro Tupinambá Vampré	1852	Estância	João Gualberto Carneiro	Josefa Carlota da Silva
Fausto de Aguiar Cardoso	1864	Divina Pastora	Felix Zefirino Cardoso	Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso
Felix Barreto de Vasconcelos	1817	Capela	Antonio Diniz Barreto	Tereza de Vasconcelos Barreto
Felix Diniz Barreto	1846	Itabaiana	Antonio Diniz Barreto (filho)	Mariana Joaquina de S. José Barreto
Fernando Rangel de Melo	1870	Gararu	João Francisco Rangel	Josefa Maria Rangel
Filinto Elísio do Nascimento	1860	São Cristóvão	José Carlos do Nascimento	Maria dos Prazeres do Nascimento
Floduardo de Brito Fontes	1892	Aracaju	Codolino Jardim Fontes	Maria da Glória Brito Fontes
Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior	1859	Itabaiana	Francisco Antonio de Carvalho	Josefa Maria da Conceição
Francisco Carneiro Nobre de Lacerda	1869	Laranjeiras	Luis José Carneiro de Souza Lacerda	Adelinda Nobre de Lacerda
Francisco Monteiro Filho	1866	Itabaianinha	Francisco Monteiro da Carvalho Filho	Ana Joaquina de Carvalho Silveira
Francisco Teixeira de Faria	1860	Estância	Francisco Teixeira de Faria	Leonor Maciel de Faria
Galdino Teles de Menezes	1857	Japarutuba	João Nepomuceno Teles de Menezes	Eulália Maria de Jesus
Geminiano Pais de Azevedo	1837	São Cristóvão	Manoel Pais de Azevedo	Josefa Narcisa Gomes de Azevedo
Gilberto Amado	1887	Estância	Melquisedeque Amado	Ana Amado

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Guilherme Pereira Rebelo	1858	Aracaju	Guilherme Pereira Rebelo	Francisca Ribeiro Viana Rebelo
Guilhermino Amâncio Bezerra	1847	Itabaiana	Amâncio José da Paixão	Maria Joaquina do Sacramento Bezerra
Heitor de Souza	1871	Estância	Jucundino Vicente de Souza	Maria Heitor de Souza
Helvécio Ferreira de Andrade	1864	Capela	José Ferreira de Figueiredo	Tereza de Jesus Andrade
Hermes Fontes	1888	Boquim	Francisco Martins Fontes	Maria de Araújo Fontes
Jackson de Figueiredo Martins	1891	Aracaju	Luiz de Figueiredo Martins	Regina Jorge de Figueiredo Martins
João Antonio Pereira Barreto	1876	Estância	Odorico Antonio Pereira Barreto	Maria Petronila Barreto
João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes	1860	Laranjeiras	Manoel Joaquim Fernandes	Guilhermina Ribeiro Fernandes
João Cândido Lima	1859	Campos	Luiz Cirilo de Lima	Carolina da Rocha Lima
João Fernandes de Lima Cortes	1854	Propriá	Francisco de Assis Cortes	Maria Umbelina da Silva Porto
João Gomes Ribeiro	1840	Laranjeiras	João Gomes Ribeiro	Miquilina Ribeiro
João Gomes Vieira de Melo	1866	Rosário do Catete	Francisco Vieira de Melo	Maria Rosa de S. José Melo
João Ramos de Barros	1883	Campos	José da Silva Barros	Maria Ramos de Barros
Joaquim do Prado de Sampaio Leite	1865	Aracaju	Joaquim do Prado de Araújo Leite	Lídia Carolina Alves Sampaio
Joaquim José de Montalvão	1828	Campos	Antonio José de Montalvão	Maria José de Nazareth
Joaquim Marcolino Brito	1853	Laranjeiras	Luiz Barbosa Acioli de Brito	Cândida Madureira Acioli de Brito

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Josafá da Silveira Brandão	1880	Estância	Benjamin Francisco Brandão	Maria Philomilla Brandão
José Alves Pitangueira	1812	Espirito Santo (Indiaroba)	Antonio Alves Pitangueira	Margarida Francisca de São José
José Antonio de Abreu Fialho	1874	Aracaju	Tito de Abreu Fialho	Maria José de Abreu Fialho
José de Magalhães Carneiro	1880	Aracaju	Augusto de Magalhães Carneiro	Francisca Barreto de Magalhães
José de Santa Cecília	1809	São Cristóvão	Manuel Ciríaco de Sales	Maria Rosa de S. José Sales
José Egídio da Fonseca	1856	Estância	Caetano da Fonseca Pinto	Josefa Maria da Conceição Pinto
José Gonçalves Barroso	1821	Laranjeiras	Antonio Gonçalves Barroso	Martinha Maria do Sacramento
José Ignácio de Barros Pimentel	1832	Maruim	José de Barros Pimentel	Maria Victória de Almeida Barros
José Matheus de Aguiar Cardoso	1864	Divina Pastora	Félix Zefirino Cardoso	Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso
José Moreira de Magalhães	1857	Estância	Joaquim Moreira Magalhães	Emília Barbosa de S. Calixto
José Paes Azevedo Melo	1851	Rosário	Não identificado	Maria Josepha Paula de Sta. Anna
José Rodrigues da Costa Dória	1859	Propriá	Gustavo Rodrigues da Costa Dória	Maria Soledade Costa Dória
José Rodrigues da Silva	1862	Santa Luzia	Lourenço Rodrigues da Silva	Joseja Umbelina da Costa
José Sizenando Avelino Pinho	1823	Vila Nova	Pedro José de Pinho	Anna Joaquina do Sacramento Pinho
José Thomaz de Aquino Menezes	1889	Gararu	Misael da Graça	Maria Joaquina de Menezes
Josino Corrêa Cotias	1850	Estância	Antonio Joaquim Corrêa	Beliza Corrêa Cotias
Justiniano de Melo e Silva	1853	Laranjeiras	Félix José de Melo e Silva	Maria Alexandrina de Melo e Silva
Juvêncio de Siqueira Montes	1856	São Cristóvão	Theodorico de Siqueira Montes	Clara de Faro Montes

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Leonídio Augusto de Sousa Porto	1859	Capela	Não identificado	Não identificado
Luiz Barbosa Madureira Freire	1862	Maruim	Francisco da Silva Freire	Maria Accioli de Madureira Freire
Manoel dos Passos de Oliveira Telles	1859	N. S. Socorro	Antonio Moniz Telles	Maria Luiza de Oliveira Pita
Manoel Fernandes da Silveira	1858	São Cristóvão	Manoel Fernandes da Silveira	Felismina da Silveira Sobral
Manoel José Bonfim	1868	Aracaju	Paulino José do Bonfim	Maria Joaquina do Bonfim
Manoel Raimundo de Melo	1872	Capela	Raimundo Ezequiel Henriques	Maria Rosa de Melo Henriques
Manoel Virgílio da Silva	1854	Laranjeiras	José Antonio da Silva	Joanna da Santa Cruz Silva
Manoel Xavier de Oliveira	1900	Capela	Manoel Xavier de Oliveira	Esilina Campos de Oliveira
Manuel Alves Machado	1852	Propriá	Domingos Alves Machado	Maria Lucinda Alves Machado
Manuel Barbosa de Araújo	1832	Estância	José Vicente de Araújo	Não identificado
Manuel Curvelo de Mendonça	1870	Riachuelo	Antonio Curvelo de Mendonça	Bárbara de Menezes Mendonça
Manuel Francisco Alves de Oliveira	1849	Laranjeiras	Francisco Alves de Oliveira	Thereza de Jesus e Oliveira
Manuel Joaquim de Oliveira Campos	1818	Itabaianinha	Antonio José Montalvão	Maria José de Oliveira
Manuel Ladislau Aranha Dantas	1810	São Cristóvão	Pollicarpo José de Santa Rita Dantas	Maria Rosa Aranha Dantas
Manuel Luiz Azevedo de Araújo	1838	Estância	Antonio de Araújo Pimenta	Ignez de Azevedo Araújo

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Manuel Prudente Dantas	1852	São Cristóvão	José Corrêa Dantas	Maria Rosa Dantas
Manuel Vicente de Santa Cruz Batense	1841	Laranjeiras	Antonio José Pereira Fortes	Claudiana Maria da Conceição
Marcolino Pacheco do Amaral	1845	Propriá	Manuel Pacheco do Amaral Miranda	Rosa de Oliveira Amaral
Mário Guaraná de Barros	1881	Aracaju	José de Barros e Almeida	Maria Guaraná de Barros
Martinho César da Silveira Garcez	1850	Laranjeiras	Manoel de Freitas César Garcez	Clara Júlia da Silveira Garcez
Maximino de Araújo Maciel	1866	Rosário	João Paulo dos Santos	Maria Clara dos Santos de Araújo Maciel
Melchisedech Mathusalem Cardoso	1860	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joana Batista de Azevedo Cardoso
Narciso da Silva Marques	1862	Laranjeiras	Narciso da Silva Marques	Maria Joaquina de S. José Marques
Olimpio de Souza Campos	1853	Itabaianinha	José Vicente de Souza	Porfíria Maria de Souza Campos
Olimpio Freire d'Ávila	1850	Santa Luzia	Leonardo Freire de Mesquita Ávila	Maria Joaquina de Andrade Ávila
Olimpio José Chavantes	1838	Laranjeiras	Anacleto José Chavantes	Maria Pastora Alves Chavantes
Olimpio Rollemberg de Oliveira Chaves	1860	N. S. Socorro	Estácio Rollemberg de Oliveira Chaves	Joanna Francisca Rolemberg de Oliveira
Olynto Rodrigues Dantas	1861	Itabaiana	Geminiano Rodrigues Dantas	Josefa Maria Dantas
Orestes de Sousa Andrade	1854	São Cristóvão	José Gregório de Sousa	Maria Joaquina de Andrade
Oséas Alves dos Santos	1867	Maruim	Manoel José dos Santos	Margarida Rosa dos Santos
Ovídio Alves Manaya	1858	Laranjeiras	Felisberto Alves Manaya	Felismina Alves Manaya
Pedro Ribeiro Moreira	1848	Laranjeiras	Joaquim José Ribeiro	Francisca Senhorinha do Coração de Jesus
Raphael Archanjo Montalvão	1854	Campos	José Esteves de Montalvão	Anna Manoela do Rosário

Nome	Ano/ Nasc..	Naturalidade	Pai	Mae
Remígio Ribeiro Aboim	1872	Estância	Gabriel Florentino da Mota Aboim	Adelaide Josefina de Aboim
Sebastião Pinto de Carvalho	1827	Maruim	José Pinto de Carvalho	Anna Aguiar Pinto
Severiano Cardoso	1840	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joana Batista de Azevedo Cardoso
Silvestre Moreira	1874	Laranjeiras	Guilhermino dos Santos Moreira	Maria de Jesus Moreira
Sílvio Romero	1851	Lagarto	André Ramos Romero	Maria Vasconcelos da Silveira R. Romero
Sinfrônio Cardoso	1850	Estância	Joaquim Maurício Cardoso	Joanna Batista de Azevedo Cardoso
Sisínio Ribeiro Pontes	1851	Santo Amaro	Manuel Ribeiro Pontes	Anna Joaquina de São José
Solano Dantas de Menezes	1890	Divina Pastora	Manoel de Menezes Barreto	Mariana Dantas Barreto
Teodoro Arcanjo do Nascimento	1886	Lagarto	Miguel Arcanjo do Nascimento	Josefa Maria do Nascimento
Teotônio Felix da Costa	1847	Propriá	Felix José da Costa	Delfina da Conceição Costa
Terêncio Manoel de Carvalho	1857	Estância	Manoel Luiz de Carvalho	Alexandrina da Fonseca Carvalho
Tiburino Mondim Pestana	1854	Estância	Domingos Mondim Pestana	Ana da Rocha Leite Mondim
Tobias Barreto de Menezes	1839	Campos	Pedro Barreto de Menezes	Emerenciana Barreto de Menezes
Tobias Moreira de Magalhães	1842	Estância	Joaquim Moreira de Magalhães	Emília de S. Calixto de Magalhães
Urbano da Silva Monte	1844	Japarutuba	João José do Monte	Maria Bárbara da Silva Monte

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados do *Dicionário Biobibliográfico Sergipano* de Armindo Cordeiro Guaraná.